

Para que o PIB cresça em 2013, governo precisa aumentar o Investimento Público

Mais uma vez os novos números da economia nacional não impressionaram. No fim de novembro, o IBGE divulgou o resultado do PIB do terceiro trimestre e decepcionou os analistas mais otimistas com um crescimento de apenas 0,6%. Deste modo, é muito provável que o PIB de 2012 fique abaixo dos 2%, até agora esperados, talvez ao redor de 1,5%. Com este resultado, a economia brasileira fechará o ano com um dos piores desempenhos da América Latina, ficando a frente somente do Paraguai que terá contração econômica de 2%.

Mas por que o Brasil que é o mercado mais desenvolvido do MERCOSUL, com o parque industrial mais avançado da região, com o sistema financeiro mais coeso e com um mercado interno de mais de 194 milhões de habitantes não consegue colocar a economia para andar? Ainda que possa parecer superficial, a resposta é simples, está faltando investimento! Sim, pois é o investimento produtivo; aquele que constrói novas fábricas, que melhora estradas e desenvolve novas tecnologias; que realmente conduz ao crescimento sustentado da economia, tornando-a mais eficiente e competitiva. De acordo com os dados do IBGE, no terceiro trimestre a taxa de investimento apresentou retração de 2% em relação ao segundo trimestre, a quinta queda consecutiva neste tipo de comparação.

No Brasil, já há alguns anos, o investimento está travado, em boa parte porque os empresários sentem-se inseguros para tomar decisões num ambiente deteriorado pela crise internacional! Mas espera aí, se o problema é a crise internacional, como é que os outros países da América Latina, tão afetados quanto o Brasil, estão conseguindo crescer a cifras significativas? E quanto à panaceia de medidas de incentivo deflagradas pelo governo federal desde meados do ano passado (redução de IPI, desonerações da folha de pagamentos, melhora do câmbio, redução dos juros, etc...), porque não funciona?

O que ocorre, é que a economia nacional tem dependido cada vez mais do “investimento estrangeiro”. Nos últimos seis anos, a entrada deste tipo de investimento no país tem batido sucessivos recordes¹. O problema, é que o investimento que vem de fora do país geralmente não cria produção nova, não constrói novas plantas industriais e não gera novas vagas de emprego. No mais das vezes, o investimento estrangeiro adquire o controle de empresas que antes pertenciam a grupos nacionais e a produção local apenas troca de mãos.

Com este mecanismo, ano após ano a economia brasileira vai se “desnacionalizando” e vai ficando apagada a figura do empresariado nacional. Como a maioria das grandes empresas são controladas por grupos internacionais, a decisão de investimento já não depende apenas do “incentivo local”, mas da

¹ Somente em 2012 o fluxo de Investimento Direto Estrangeiro deve alcançar US\$ 60 bilhões.

estratégia global de atuação destes grupos. É, em grande parte, por isso que as medidas de estímulo econômico do governo tem apresentado pouco retorno. Num cenário de crise econômica global, estes grupos empresariais com sede em solo europeu e norte americano redobram a cautela com a expansão de seus negócios, o que acaba impactando as taxas de investimento no Brasil e em outros países em desenvolvimento.

O que fazer? Diante de um empresariado nacional debilitado e de um empresariado estrangeiro pouco inclinado a investir, o único agente em condições de protagonizar o investimento é o Estado. Concretamente, significa dizer que o governo precisa gastar mais e com mais agilidade, o que evidentemente não significa gastar mal e de maneira irresponsável. Se bem articulado, um programa de investimento público pode disseminar dinamismo por todo o sistema econômico e, de quebra, tornar o Brasil mais competitivo, na medida em que melhore a infraestrutura de estradas, ferrovias, matriz energética, portos e aeroportos. Isso sem falar do impacto social, se a expansão do gasto público for direcionada à melhora do financiamento do sistema de saúde, por exemplo.

Mas há espaço para um aumento nos gastos do governo? Os números mostram que sim. Nos 12 meses, findos em agosto, o superávit primário (economia para pagar juros da dívida pública) equivaleu a 2,46% do PIB e, no mesmo período, o montante de juros efetivamente pagos significou cerca de 5,17% do PIB. Por outro lado, os recursos direcionados para o investimento público mal chegaram a 1% do PIB. Além disso, o volume de recursos até agora economizados com a redução da taxa básica de juros, a SELIC, são suficientes para dobrar os gastos do governo com investimento. Fica claro, portanto, que os recursos existem, mas, evidentemente, seu direcionamento depende de vontade política. De todo modo, o diagnóstico é certo, se o governo quiser que o PIB cresça em 2013 terá que aumentar o investimento público!

LUIZ FERNANDO ALVES ROSA
Economista / Técnico DIEESE
Subseção Federação da Saúde SP